

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CENTRO SOCIOECONÔMICO**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**LUCAS ALMEIDA REUSCH**

**EVIDENCIAÇÃO DO CPC01 (R1) EM EMPRESAS DO  
SETOR DE CONSTRUÇÃO CIVIL: SEGMENTO NOVO  
MERCADO DA BM&FBOVESPA**

**Florianópolis**

**2016**

**LUCAS ALMEIDA REUSCH**

**EVIDENCIAÇÃO DO CPC01 (R1) EM EMPRESAS DO  
SETOR DE CONSTRUÇÃO CIVIL: SEGMENTO NOVO  
MERCADO DA BM&FBOVESPA**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Sergio Murilo Petri

**Florianópolis**

**2016**

## RESUMO

As Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, bem como os Pronunciamentos Contábeis representaram um avanço para o profissional de contabilidade, no que diz respeito à convergência com as exigências internacionais, o presente estudo busca verificar como as empresas brasileiras de construção civil pertencentes ao segmento de Governança Novo Mercado da BM&FBovespa evidenciaram o CPC 01 (R1), que trata do teste de *impairment*, e como reconheceram a perda no valor recuperável. Para alcance dos objetivos geral e específicos verificou-se as Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs) e Notas Explicativas das empresas. O estudo caracteriza-se como descritivo e a abordagem do problema é qualitativa. Verificou-se se a empresa mencionou ou explicou o teste de *impairment*, e se houve ou não perda, em caso positivo verificou-se, com o uso de quadro de exigências elaborado a partir do CPC 01 (R1), a conformidade da divulgação. A pesquisa chama atenção para o fato de empresas do segmento Novo Mercado não se adequarem por completo às exigências propostas pela normatização do CPC 01 (R1). Quase metade das empresas deste estudo apenas mencionam o teste de *impairment* para os ativos imobilizado e intangível. Conclui-se portanto, que o tema *impairment*, ainda carece de melhor tratamento pelas empresas brasileiras de Construção Civil do segmento Novo Mercado da BM&FBovespa.

**PALAVRAS CHAVE:** Teste de recuperabilidade (*impairment*). Evidenciação. CPC 01. Perda por *impairment*. Ativo imobilizado. Ativo intangível. Governança Corporativa.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Teste de redução ao valor recuperável conforme o CPC-01.....	15
---	----

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Exigências de divulgação da perda conforme CPC 01 (R1).....	21
Quadro 2 - Empresas da Amostra.....	23
Quadro 3 - Comportamento das quatro empresas com maior Total do Ativo no ano de 2014 em relação ao teste de <i>impairment</i> .....	38
Quadro 4 - Como as empresas de menor Total do Ativo no ano de 2014 trataram o <i>impairment</i> .....	38

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Percentual de empresas que mencionaram ou explicaram a técnica do <i>impairment test</i> , referente ao ativo imobilizado.....	37
Gráfico 2 - Percentual de empresas que mencionaram ou explicaram a técnica do <i>impairment test</i> , referente ao ativo intangível.....	37

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BM&FBOVESPA	Bolsa de Valores, Mercadoria e Futuros de São Paulo
CPC	Comitê de Pronunciamento Contábil
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DCF	Fluxo de Caixa Descontado
DFPs	Demonstrações Financeiras Padronizadas
DRE	Demonstração do Resultado do Exercício
FASB	Financial Accounting Standards Board
IAS	International Accounting Standards
IASB	International Accounting Standards Board
IBGC	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
IBX 100	100 ativos mais negociados na Bolsa de Valores
IFRIC	International Financial Reporting Interpretations Committee
IFRS	International Financial Reporting Standards
ITC	Inteligência Empresarial da Construção
R1	Primeira Revisão
S.A.	Sociedade por Ações
SFAS	Statements of Financial Accounting Standards
UGC	Unidade Geradora de Caixa

# SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>7</b>
1.1	TEMA E PROBLEMA .....	8
1.2	OBJETIVOS .....	9
1.2.1	Objetivo Geral .....	9
1.2.2	Objetivos Específicos.....	9
1.3	JUSTIFICATIVA.....	10
1.4	DELIMITAÇÃO DA PESQUISA .....	11
1.5	ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO.....	11
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>13</b>
2.1	VALOR JUSTO ( Fair Value ) .....	13
2.2	TESTE DE <i>IMPAIRMENT</i> .....	14
2.3	CPC 01 (R1) - REDUÇÃO AO VALOR RECUPERAVEL .....	16
2.4	GOVERNANÇA CORPORATIVA - NOVO MERCADO.....	17
2.5	ESTUDOS ANTERIORES.....	18
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA DA PESQUISA .....</b>	<b>20</b>
3.1	ENQUADRAMENTO DA PESQUISA .....	20
3.2	INSTRUMENTOS UTILIZADOS .....	20
3.3	PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS.....	22
<b>4</b>	<b>APRESENTAÇÃO DOS DADOS .....</b>	<b>24</b>
4.1	APRESENTAÇÃO DOS DADOS POR EMPRESA .....	24
4.1.1	PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações.....	24
4.1.2	Cyrela Brazil Realty S.A.....	25
4.1.3	MRV Engenharia e Participações S.A.....	26
4.1.4	Gafisa S.A.....	27
4.1.5	Rossi Residencial S.A. ....	28
4.1.6	JHSF Participações S.A. ....	28
4.1.7	Helbor Empreendimentos S.A.....	29
4.1.8	Even Construtora e Incorporadora S.A. ....	30
4.1.9	Tecnisa S.A.....	30
4.1.10	Direcional Engenharia S.A.....	31
4.1.11	EZTEC Empreendimentos e Participações S.A. ....	32
4.1.12	Rodobens Negócios Imobiliários S.A.....	33
4.1.13	Viver Incorporadora e Construtora S.A.....	34
4.1.14	Trisul S.A. ....	35
4.1.15	CR2 Empreendimentos Imobiliários S.A.....	35
4.2	APRESENTAÇÃO DOS DADOS EM CONJUNTO .....	36
4.3	ANÁLISES DOS RESULTADOS .....	38
<b>5</b>	<b>CONCLUSÕES E SUGESTÕES .....</b>	<b>40</b>
5.1	QUANTO AO PROBLEMA DE PESQUISA.....	40
5.2	QUANTO AOS OBJETIVOS DE PESQUISA .....	41
5.3	LIMITAÇÕES .....	42
5.4	SUGESTÕES PARA FUTURAS PESQUISAS .....	43
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>44</b>
	<b>APÊNDICES.....</b>	<b>47</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Gerar informações de forma clara e precisa tem sido um dos grandes desafios das organizações nos últimos anos. Tais informações auxiliam a tomada de decisões pelos gestores e, consequentemente, poderão garantir a continuidade da empresa.

Nesse sentido, a contabilidade é definida por Hendriksen e Breda (1999) como a atividade que fornece informações econômicas para a tomada de decisões. A contabilidade é definida por Hendriksen e Breda (1999) como a atividade que fornece informações econômicas para a tomada de decisões.

A apresentação da informação de forma inadequada impactar negativamente, ou não trazer benefícios, em todo o processo decisório. Segundo Meigs e Meigs (1984) *apud* 7 a “um conjunto bem definido d

Em um mundo globalizado não há fronteiras

Para tanto, os investidores querem se sentir seguros na hora de optar em qual investimento fazer. Neste mercado, em que o risco e a oportunidade têm grande importância, é fundamental que o investidor e o credor consigam identificar qual a empresa tem maior credibilidade no que diz respeito às informações divulgadas.

Dado esse cenário, os padrões internacionais de contabilidade, como o *International Accounting Standards Board* (IASB) e o *Financial Accounting Standards Board* (FASB),

O Brasil está aderindo gradativamente a este processo. Para tanto, foram expedidas as Leis nº. 11.941/09 de 27 de maio de 2009 e nº. 11.638/07 de 28 de dezembro de 2007, que acabaram por reformar a Lei nº. 6.404/76

aproximar as normas brasileiras de contabilidade aos Sendo determinado na Lei nº. 6.404/76 como segue:

Art. 177. A escrituração da companhia será mantida em registros permanentes, com obediência aos preceitos da legislação comercial e desta Lei e aos princípios de contabilidade geralmente aceitos, devendo observar métodos ou critérios contábeis uniformes no tempo e registrar as mutações patrimoniais segundo o regime de competência.

[...]§ 3o As demonstrações financeiras das companhias abertas observarão, ainda, as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários e serão obrigatoriamente submetidas à auditoria por auditores independentes nela registrados.

§ 5o As normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários a que se refere o § 3o deste artigo deverão ser elaboradas em consonância com os padrões internacionais de contabilidade adotados nos principais mercados de valores mobiliários. [...] (BRASIL, 1976)

O procedimento conhecido como Teste de recuperabilidade dos ativos ou *impairment test* está descrito na Lei nº. 6.404/76 atualizada pelas Leis nº. 11.638/07 e nº. 11.941/09 como segue:

Art. 183. No balanço, os elementos do ativo serão avaliados segundo os seguintes critérios:

[...] § 3o A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre a recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, a fim de que sejam: I – registradas as perdas de valor do capital aplicado quando houver decisão de interromper os empreendimentos ou atividades a que se destinavam ou quando comprovado que não poderão produzir resultados suficientes para recuperação desse valor; ou

II – revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização (BRASIL, 1976).

O Conselho Federal de Contabilidade, a fim de atender a necessidade de verificação periódica da recuperação dos valores criou

com o objetivo de traduzir, preparar e emitir os

aproximação

contabilidade.

## 1.1 TEMA E PROBLEMA

Um dos impactos do processo de convergência foi

(*impairment test*). O CPC 01 (R1),

firmado em 06 de agosto de 2010, correspondente ao IAS 36, evidencia que quando



da averiguação de perda por *impairment*, as empresas devem considerar as circunstâncias que ocasionaram a perda, permitindo o entendimento por parte do usuário, assim como a base contábil utilizada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) em que a perda foi reconhecida e a natureza do ativo ou definição da unidade geradora de caixa.

Segundo definição do dicionário de língua portuguesa Michaelis (1998), evidenciar corresponde ao processo de tornar-se evidente. Na contabilidade, a evidenciação é a demonstração da situação econômico-financeira e patrimonial de uma companhia.

Logo, essas reflexões remetem a questão de pesquisa desse estudo: como estão sendo evidenciadas as exigências do CPC 01 (R1) pelas companhias do Novo Mercado listadas no ramo de Construção Civil na BM&FBOVESPA?

## 1.2 OBJETIVOS

### 1.2.1 Objetivo Geral

Para responder a essa questão, o objetivo do presente estudo é analisar a evidenciação do Teste de *Impairment*, nas companhias do novo mercado listadas no ramo de construção civil.

### 1.2.2 Objetivos Específicos

Para o alcance do objetivo geral, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

1. Identificar se as companhias da amostra apenas mencionam ou explicam o Teste de Recuperabilidade;

2. Identificar a adequação ao CPC 01 (R1) por parte das empresas estudadas no que tange o Teste de Recuperabilidade;
3. Verificar a qualidade da evidenciação das perdas, quando houver, frente as exigências expostas pelo CPC 01 (R1);
4. Avaliar como o nível de evidenciação se comporta em função do total do ativo das empresas da amostra e da sua adesão ao segmento de governança Novo Mercado.

### 1.3 JUSTIFICATIVA

O tema abordado é relevante visto que os usuários externos necessitam de um conhecimento global de todos os procedimentos que vem sendo adotados pelas entidades. O conjunto das demonstrações contábeis deve ser divulgado junto de todas as informações que contemplam plenamente as práticas e procedimentos adotados, a fim de esclarecer todos os fatos ocorridos aos usuários da informação contábil.

Cabe salientar que o Teste de Recuperabilidade é permitido pelas normas internacionais de contabilidade, em especial o IAS 36 que define o tratamento a ser dado ao imobilizado e intangível, quanto ao teste. Contudo, por tratar-se de um processo de transição com o objetivo principal de uniformizar as normas nota-se que não há uma garantia de que todas as entidades envolvidas nesta transição estão seguindo as exigências previstas no CPC01 (R1). Deste modo, pretende-se contribuir na discussão do tema exposto.

Nos últimos anos o ramo de Construção Civil está em voga no cenário brasileiro, uma vez que foi impulsionado no país devido as obras para sediar a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas a serem realizadas em 2016.

A escolha das empresas do Novo Mercado deu-se ao forte apelo que este segmento confere as melhores práticas de Governança Corporativa e, conseqüentemente, transparência na divulgação de informações aos seus *stakeholders*.

## 1.4 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

O estudo está delimitado quanto a sua amostra, que será representada por quinze empresas do setor de construção listadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBovespa) pertencentes ao segmento Novo Mercado. A análise dos dados se limitará ao conjunto de contas do balanço patrimonial, demonstração do resultado e notas explicativas que estão diretamente relacionadas com o tema.

A amostra foi construída com um grupo de empresas que apesar de serem do mesmo setor, possuem diferentes nichos de atuação no mercado, bem como diferentes tamanhos de Ativo Total, podendo assim apresentar características únicas.

A análise dos dados presentes nas DFPs e Notas Explicativas das companhias delimitou-se ao imobilizado e intangível. Os anos de 2012, 2013 e 2014 foram compreendidos nesta análise.

É importante destacar que o estudo buscou analisar a evidenciação conforme previsto no CPC 01 (R1) de 2010. Pesquisas futuras poderão analisar as questões relacionadas ao valor evidenciado.

## 1.5 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

O primeiro capítulo apresenta a introdução do trabalho contendo: o tema, problema, objetivos, justificativa e delimitação.

No segundo capítulo são abordados conceitos que fornecem embasamento ao assunto. A fundamentação teórica serve de sustentação conceitual para posterior análise dos resultados e atingimento dos objetivos geral e específicos. Os tópicos abordados são: Valor Justo, Teste de *Impairment*, CPC01 e Governança Corporativa.

A partir do terceiro capítulo, apresentou-se o enquadramento da pesquisa, os instrumentos utilizados, em seguida foram descritos os procedimentos utilizados.

O quarto capítulo apresenta os dados por empresa, seguido de uma análise das empresas em conjunto e uma comparação frente a trabalhos trabalhos similares

O quinta e último capítulo trata das conclusões da pesquisa e recomendações. Abordando de que forma os resultados encontrados responderam o problema de pesquisa e os objetivos, bem como os fatores que limitaram a pesquisa. Finaliza-se este capítulo com sugestões para pesquisas futuras.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Uma das principais características do Ativo é a sua capacidade de gerar benefícios. Para Stickney e Weil (2001), ativos são direitos de propriedade da empresa que proporcionam ou possuem a capacidade de futuramente gerar benefícios econômicos por meio de entradas de caixa ou redução de saídas de caixa.

Iudícibus, Martins e Gelbcke (2013, p. 202), dispõem que:

Caso o custo do ativo seja superior ao valor recuperável (valor presente dos fluxos futuros), ao invés de se construir uma provisão, deve-se lançar essa redução do custo líquido do ativo (a parcela de custo que não é recuperável) diretamente no resultado como perda extraordinária (desde que tenha caráter permanente), e no período em que isso for detectado.

Nesse contexto, considerando que um ativo é capaz de gerar benefícios à empresa, é importante calcular quanto de benefícios, decorrentes de seu uso, este ativo pode gerar. Este cálculo torna-se necessário, uma vez que possibilita a comparação entre o valor registrado em contabilidade e a capacidade de geração de retorno deste ativo para empresa.

### 2.1 VALOR JUSTO ( FAIR VALUE )

O Valor Justo (*fair value*) é um um tema bastante discutido atualmente. Conforme determinado no CPC 12 (2008), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o valor justo “ , ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que O pronunciamento técnico CPC 01 (R1), demonstra que o Teste de *Impairment* apresenta vínculo com o valor justo.

De acordo com Hendriksen e Breda (1999, p.309) “ base de avaliação específica que possa ser aplicada de maneira generalizada às demonstrações financeiras. Na verdade, trata-se de uma combinação de bases de avaliação determinadas pelas comissões e pelos tribunais para uma finalidade

Várias definições de diferentes autores e órgãos mediadores são semelhantes, podendo o valor justo ser entendido como o valor pelo qual o bem troca de propriedade entre um potencial vendedor e um potencial comprador, quando ambas as partes têm conhecimento razoável dos fatos relevantes e nenhuma das partes está sob pressão de fazê-lo. O uso do valor justo para avaliação de ativos tem sido cada vez mais recorrente nas práticas contábeis, alguns pronunciamentos contábeis sugerem sua adoção ao invés das mensurações com base no custo histórico. Os pronunciamentos atualizados têm colaborado para o crescimento de sua importância.

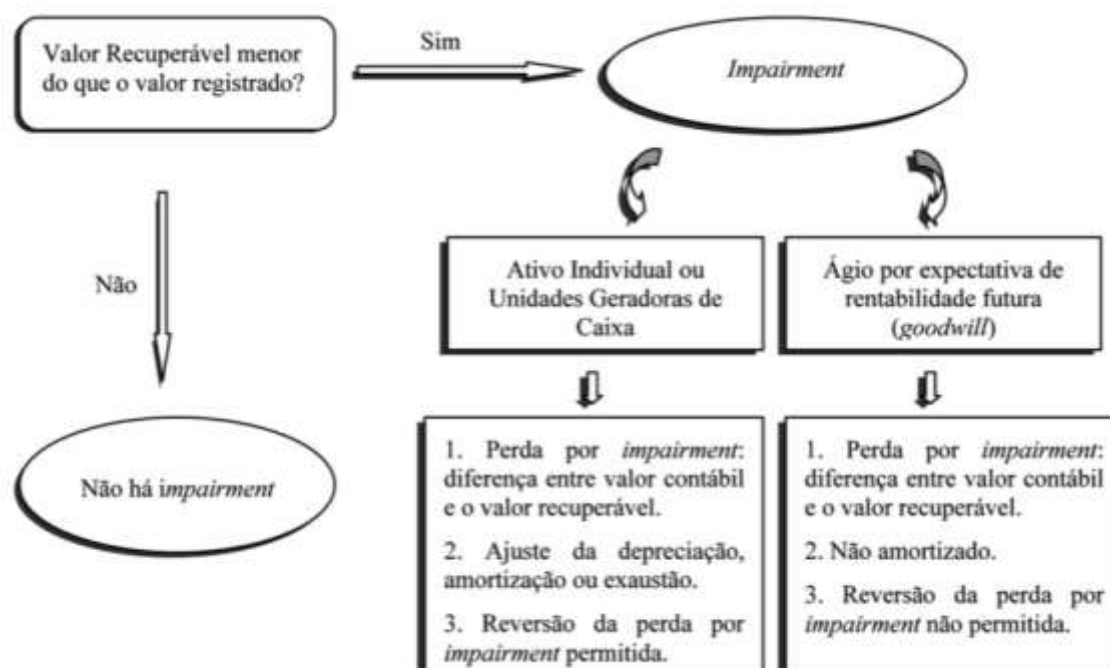
## 2.2 TESTE DE *IMPAIRMENT*

Ao adquirir um ativo, a entidade espera a geração de benefícios futuros na sua utilização em operações. Diversos fatores podem afetar as premissas de geração de benefícios da época em que foram adquiridos os ativos, alterando assim a capacidade do bem de gerar benefícios à entidade.

Segundo Santos, Machado e Schmidt (2003), o teste de *impairment* busca analisar a possibilidade de redução no valor recuperável dos ativos de duração estendida. Quando o valor recuperável for menor que o contábil, constata-se uma perda por *impairment* que corresponde à diferença. No momento em que a companhia constatar que esta irreversibilidade ocorreu, deverá reconhecer em suas demonstrações contábeis a perda por *impairment*. Conforme Raupp e Beuren (2006) esta perda significa que houve redução nos benefícios futuros esperados do ativo.

De acordo com a Figura 1 elaborada por Souza, Borba e Zandonai (2011), caso o valor recuperável seja inferior ao valor contábil do ativo, a perda contabilizada será o excesso do valor contábil. Ao contrário, nada será feito. Consideram também, em seu estudo, que o reconhecimento de uma perda, se for um valor expressivo, pode ocasionar um impacto no resultado do exercício de uma companhia.

Figura 1: Teste de redução ao valor recuperável conforme o CPC-01



Fonte: SOUZA, BORBA e ZANDONAI, (2011, p. 75)

O *impairment* test deve ser feito, no mínimo, anualmente, no mesmo período, tanto nos ativos intangíveis quanto nos ativos imobilizados relacionados às atividades operacionais, não se aplicando a:

[...] estoques, ativos advindos de contratos de construção, ativos fiscais diferidos, ativos advindos de planos de benefícios a empregados ou ativos classificados como mantidos para a venda (ou incluídos em grupo de ativos que seja classificado como disponível para a venda) em decorrência de os Pronunciamentos Técnicos do CPC vigentes aplicáveis a esses ativos conterem disposições orientadoras para reconhecimento e mensuração desses ativos (CPC 01 (R1), 2010, p. 3).

Já Stickney e Weil (2001, p. 409) atestam que em casos em que o fluxo de caixa a ser gerado pelo ativo estiver abaixo do valor contábil líquido, diz-se que o ativo sofreu *impairment*, com isso, a empresa deve fazer a contabilização do ativo por seu valor justo ou o valor presente dos benefícios futuros.

O *Impairment Test* tem por finalidade manter os ativos registrados pelo seu valor recuperável, buscando-se assim informações fidedignas a realidade.

## 2.3 CPC 01 (R1) - REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL

O *impairment* test é regulado internacionalmente pela norma SFAS 144 emitida pelo FASB, e pela norma IAS 36 (*Impairment of Assets*) emitida pelo IASB. No Brasil a Deliberação emitida pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 527 de 2007 aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 01, atualmente CPC 01 (R1), a partir dos exercícios encerrados em 31/12/2008.

O CPC 01 tem como finalidade definir procedimentos para assegurar que um ativo ou grupo de ativos não estejam registrados contabilmente por valor superior àquele passível de ser recuperado por uso nas operações da entidade ou em sua possível venda. Havendo indicativos de que os ativos estão registrados por valor não recuperável, a entidade deverá tempestivamente constituir estimativa para perdas em conta redutora do ativo em contrapartida no resultado do exercício (CPC 01 R1, 2010).

O CPC 01 (R1) estabelece que a entidade deve assegurar que seus ativos estejam registrados contabilmente por valor que não exceda o valor recuperável (CPC 01 R1, p. 2).

No que diz respeito à divulgação, o CPC 01 (R1), (2010, p. 32 e 33) orienta que, para cada classe de ativos, as empresas devem divulgar:

- (a) o montante das perdas por desvalorização reconhecido no resultado do período e a linha da demonstração do resultado na qual essas perdas por desvalorização foram incluídas;
- (b) o montante das reversões de perdas por desvalorização reconhecido no resultado do período e a linha da demonstração do resultado na qual essas reversões foram incluídas;
- (c) o montante de perdas por desvalorização de ativos reavaliados reconhecido em outros resultados abrangentes durante o período; e
- (d) o montante das reversões das perdas por desvalorização de ativos reavaliados CPC 01 (R1) reconhecido em outros resultados abrangentes durante o período.

O Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, determina que, se os ativos estiverem avaliados por valor superior ao valor recuperável por meio do uso ou da venda, a entidade deverá reduzir esses ativos ao seu valor recuperável, reconhecendo no resultado a perda referente a essa desvalorização



(IUDÍCIBUS et al., 2013, p. 235).

O CPC 01 (R1) estabelece que o valor recuperável é o maior entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o valor recuperável (R1), p. 5). Segundo Uliano, Doná e Gonçalves (2013) a determinação do valor recuperável é a etapa que demanda maior atenção do processo do *impairment test*, uma vez que faz-se necessário bases confiáveis para que se possa, mensurar o ativo.

Portanto, o Pronunciamento CPC 01 (R1) tem por objetivo impulsionar a adoção de padrões relacionados a redução ao valor recuperável.

## 2.4 GOVERNANÇA CORPORATIVA - NOVO MERCADO

Segundo Álvares, Giacometti e Gusso (2008) a governança corporativa originou-se nos Estados Unidos e no Reino Unido, apesar de sua aprendizagem ser considerada recente, a partir da constatação de que Adam Smith em 1776 acreditava na hipótese de ser questionável a maneira como gestores de empresas cuidam do dinheiro de outras pessoas. Não abordou-se diretamente a questão da governança, mas Adam Smith contribuiu por evidenciar temas relacionados a gestão e a propriedade.

Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC (2009, p. 19), governança corporativa é:

O sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre proprietários, Conselho de Administração, Diretoria e órgãos de controle. As boas práticas de Governança Corporativa convertem princípios em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de preservar e otimizar o valor da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para sua longevidade.

Os empreendimentos que optam por práticas de governança têm um compromisso importante com a transparência, o que contribui de forma expressiva na tomada de decisões relacionadas ao valor aplicado pelos investidores.

Hitt, Ireland e Hoskisson (2005) também complementam o estudo ao citarem que a governança corporativa pode ser compreendida como a conexão entre os *stakeholders* de uma entidade, a fim de delimitar a organização e ajustar o seu

comportamento. Tal definição indica o auxílio que os princípios de governança propiciam, quando aplicados por uma entidade.

Existem no Brasil os seguintes segmentos de governança corporativa: Bovespa Mais, Bovespa Mais Nível 2, Novo Mercado, Nível 2 e Nível 1. No ano 2000, surgiu o Novo Mercado que, segundo a BM&FBOVESPA, buscou estabelecer um padrão de governança referência em transparência e exigido pelos investidores para as novas aberturas de capital. Na última década, o Novo Mercado firmou-se como uma seção destinada à negociação de ações de instituições que abrangem, livremente, práticas de governança corporativa complementares às que são exigidas pela legislação brasileira.

As companhias pertencentes ao Novo Mercado devem obedecer suas exigências, sendo uma delas a emissão exclusiva de ações ordinárias, ou seja, ações com direito ao voto. Portanto as informações fornecidas por estas companhias aos seus usuários tem grande importância na tomada de decisões.

## 2.5 ESTUDOS ANTERIORES

Nesta Seção foram levantados estudos anteriores que trataram de forma direta ou indireta da evidenciação do CPC 01 em diferentes amostras e períodos.

Tavares *et al.* (2010) estudaram sobre o nível de conformidade dos setores classificados pela Bovespa com o CPC01. A partir da análise empírica, os autores concluem que nenhuma organização atingiu o nível de conformidade plena.

Bianchi *et al.* (2015) em trabalho a partir de uma amostra das empresas de maior negociabilidade na BM&FBovespa buscaram investigar se as empresas pertencentes ao IBX 100 estão evidenciando em suas notas explicativas o reconhecimento e a mensuração de perda por desvalorização, *impairment*. Tal investigação deu-se a partir de estudo descritivo. Fica evidente aos autores que a maior parte das empresas não está atendendo as normas do CPC 01.

Souza, Borba e Zandonai (2011) estudaram a evidenciação da perda por *impairment* nas demonstrações financeiras de 2008 a partir da observação e descrição

das informações contidas nas demonstrações contábeis e notas explicativas das empresas. Revelou-se que nenhuma das companhias observadas apresentou todas as exigências requeridas pelo CPC 01.

Silva, Costa e Santos (2009) analisaram em seu trabalho a evidenciação das informações sobre o *impairment* dos ativos de longa duração de empresas petrolíferas. Os autores realizaram um estudo descritivo. O resultado apresentado, foi que as empresas estudadas necessitam melhorar seu níveis de evidenciação de suas informações para atenderem às regras normativas e aos usuários da informação.

Marinho e Queiroz (2013) verificaram se as companhias listadas no Novo Mercado atenderam as exigências do CPC 01 relacionadas ao teste de recuperabilidade de ativos nos subgrupos intangível e imobilizado. As metodologias utilizadas foram a qualitativa, descritiva e exploratória. Notaram que apesar de muitas empresas realizarem o *impairment* poucas divulgam a metodologia utilizada à realização do teste.

Ono, Rodrigues e Niyama (2010) realizaram estudo a cerca do *disclosure* sobre o *Impairment*. Os autores realizaram uma análise comparativa das empresas brasileiras de capital aberto no ano de 2008. Os resultados obtidos mostram que fazia-se necessária a implementação de melhorias no nível de *disclosure* das demonstrações contábeis, de forma a atender os requisitos previstos no CPC 01, além de buscar maior adesão das empresas.

Desta forma, pode-se observar que as problemáticas e estudos relacionados a evidenciação das exigências do CPC 01 foram abordados em diversos estudos, e continuam sendo um tema frequentemente estudado. Cabe destacar também a falta de divulgação mencionada nas pesquisas. Abre-se espaço assim para elaboração de trabalhos que tenham diferentes objetivos a atingir, bem como amostra e períodos diferentes.

### 3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Este capítulo descreve os aspectos metodológicos deste trabalho, tais como o enquadramento da pesquisa, os instrumentos utilizados e, por fim, os procedimentos metodológicos.

#### 3.1 ENQUADRAMENTO DA PESQUISA

A pesquisa caracteriza-se como de natureza descritiva que de acordo com F 13 5 : “ dados, sem manipulá-los, isto é, sem int

Para Silva e Menezes (2000), uma pesquisa de caráter descritivo tem por objetivo relatar as características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis, utilizando técnicas uniformizadas de coleta de dados como observação sistemática ou questionários.

#### 3.2 INSTRUMENTOS UTILIZADOS

Para a coleta de dados nas DFPs e Notas Explicativas dos anos de 2012, 2013 e 2014 foram elaboradas duas questões, sendo a primeira com o objetivo de verificar se a empresa mencionou ou explicou, entende-se que explicar já está implícito que a empresa também citou, o teste de *impairment*, e a segunda para confirmar se houve ou não perda por *impairment*, em caso positivo verificou-se a conformidade da divulgação a partir de quadro de exigências para divulgação da perda conforme CPC 01 (R1) . Tal quadro foi elaborado por Souza, Borba e Zandonai em estudo científico realizado em 2011.

**Quadro 1: Exigências de divulgação da perda conforme CPC 01 (R1)**

<b>a) Para cada classe de ativos</b>	
1	Valor da Perda
2	Linha na DRE
3	Montante de Perdas por desvalorização de ativos reavaliados reconhecidos em outros resultados abrangentes durante o período
<b>b) Para ativo individual ou para unidade geradora de caixa</b>	
4	Eventos e circunstâncias que levaram ao reconhecimento da perda
5	Montante da perda reconhecida
6	Especificar se o valor recuperável é seu valor justo líquido de despesa ou seu valor em uso
7	Se o valor usado for o Valor Justo Líquido, a base utilizada para sua determinação
8	Se o valor usado for o Valor em Uso, a taxa de desconto utilizada na estimativa
9	Para um ativo individual a natureza do ativo
10	Para Unidade Geradora de Caixa, sua descrição
<b>c) Unidade geradoras de caixa contendo ágio (goodwill) ou ativo intangível com vida útil indefinida</b>	
11	O valor contábil do ágio alocado à unidade (grupo de unidades)
12	O valor contábil dos ativos intangíveis com vida útil indefinida alocado à unidade (grupo de unidades)
13	A base sobre a qual o valor recuperável da unidade tenha sido determinado
<b>i) se o valor recuperável da unidade (grupo de unidades) for o valor em uso</b>	
14	Descrição de cada premissa-chave
15	Descrição da abordagem da administração para determinar os valores os valores alocados a cada premissa chave
16	Período sobre o qual a administração projetou o fluxo de caixa baseada em orçamentos e previsões
17	Quando um período superior a cinco anos for utilizado para a UGC, uma explicação por que um período mais longo
18	A taxa de crescimento utilizada para extrapolar as projeções de fluxo de caixa, além do período coberto
19	Justificativa para taxas de crescimento que exceda a taxa média crescimento de longo prazo
20	Taxa de desconto aplicada à projeção de fluxo de caixa
<b>ii) Se o valor recuperável da unidade (grupo de unidades) foi baseado no valor justo líquido de despesas de alienação</b>	
21	A metodologia utilizada para se determinar o valor justo líquido de despesas de alienação
<b>iii) Se o valor justo líquido de despesas de alienação não é mensurado utilizando-se o preço cotado para unidade idêntica</b>	
22	Descrição de cada premissa-chave
23	Descrição da abordagem da administração para determinar os valores os valores alocados a cada premissa chave
<b>iv) Se o valor justo líquido das despesas de alienação tiver sido mensurado utilizando projeções de fluxo de caixa descontado</b>	
24	Período da projeção
25	A taxa de crescimento utilizada para extrapolar as projeções de fluxo de caixa
26	A taxa de desconto aplicada às projeções de fluxo de caixa;

Fonte: Atualizado pelo autor com base no CPC 01 R1 a partir de quadro elaborado por SOUZA, BORBA e ZANDONAI (2011, ps. 80 e 81)

**Quadro 1: Exigências de divulgação da perda conforme CPC 01 (R1) - (Continuação)**

<b>d) Divulgação dos valores do goodwill e outros AIVI alocados por múltiplas unidades geradoras de caixa</b>	
27	O valor contábil agregado do ágio ou do AIVI alocado a essas unidades
28	Descrição da premissa-chave
29	Aborgagem da administração para determinar o valor alocado para premissa-chave

Fonte: Atualizado pelo autor com base no CPC01 R1 a partir de quadro elaborado por SOUZA, BORBA e ZANDONAI (2011, ps. 80 e 81)

O Quadro 1 foi elaborado a partir de exigências previstas pelo CPC 01 (R1) nos itens 126 a 136 para divulgação da perda.

### 3.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

De acordo com B R 6 83 “  
pesquisa científica referem-se à maneira pela qual se conduz o estudo e, portanto, se

Efetuuou-se levantamento de referencial teórico e estudos anteriores referentes ao CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, ressaltando as normas para divulgação do *impairment*, que visam promover a transparência da informação evidenciada, possibilitando ao usuário externo condições de interpretar os relatórios contábeis.

Para responder o objetivo desta pesquisa, foram utilizados procedimentos qualitativos, como análise documental para a coleta de informações nas DFPs e Notas Explicativas dos anos de 2012, 2013 e 2014, de modo a verificar se houve ou não perda por *impairment*, e em caso positivo se a evidenciação está adequada ao CPC 01 (R1). Em paralelo, verificou-se se as empresas da amostra desta pesquisa mencionavam ou não o *Impairment*, e se explicavam, está implícito que se as empresas explicam elas consequentemente mencionam, o procedimento empregado para realização do mesmo. Por fim, analisou-se a qualidade da informação apresentada pelas empresas que apresentaram os maiores Ativos Totais e os menores Ativos Totais. A representação gráfica e a apresentação de dados é através de Quadros e Gráficos.

### 3.4 AMOSTRA DA PESQUISA

Para a elaboração deste estudo, foram utilizadas como base 15 companhias do ramo de construção civil listadas no segmento Novo Mercado da BM&FBOVESPA, conforme apresentado pelo Quadro 2. Todas as empresas analisadas atuam na incorporação, vendas e construção. O Total de Ativos destas empresas variam de R\$422.054.000,00 a R\$ 15.924.225.000,00.

**Quadro 2: Empresas da Amostra**

<b>Posição</b>	<b>Empresa</b>
1	PDG
2	CYRELA
3	MRV
4	GAFISA
5	ROSSI
6	JHSF
7	HELBOR
8	EVEN
9	TECNISA
10	DIRECIONAL
11	EZTEC
12	RODOBENS
13	VIVER
14	TRISUL
15	CR2

Fonte: Elaborado pelo autor (2016)

As companhias foram estudadas em ordem decrescente do Total do Ativo apresentado no Balanço Patrimonial de 2014: PDG, Cyrela, MRV, Gafisa, Rossi, JHSF, Helbor, Even, Tecnisa, Direcional, EZTEC, Rodobens, Viver, Trisul e CR2, conforme Quadro 2.

## 4 APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Este capítulo apresenta a análise dos dados por empresa e em conjunto, além do detalhamento dos resultados obtidos e comparação com pesquisas anteriores, buscando analisar o cumprimento das normas de *impairment* exigidas pelo CPC 01 (R1) para as empresas de capital aberto componentes da amostra.

### 4.1 APRESENTAÇÃO DOS DADOS POR EMPRESA

A primeira parte da análise de dados balizou-se no estudo por empresas. De posse das DFPs de 2012, 2013 e 2014 em conjunto com os questionamentos levantados e as exigências previstas no Quadro 2 para observar à correta adequação ao CPC 01 (R1) quanto a evidenciação do teste de *impairment*.

#### 4.1.1 PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações

Por meio das notas explicativas da PDG em conjunto com suas demonstrações contábeis, pode-se inferir que a empresa apresentou perdas por *impairment* nos anos de 2012, 2013 e 2014, referentes ao ativo intangível.

A empresa realiza também testes em seu imobilizado, conforme nota explicativa de 2014:

O Grupo revisa periodicamente a existência de indícios de recuperabilidade dos Imobilizados. Nos casos em que são identificados imobilizados que não serão recuperáveis, o Grupo analisa e constitui provisões para redução ao valor recuperável. Para o período findo em 31 de dezembro de 2014, o Grupo não identificou indícios, ou necessidades de constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos imobilizados. (Notas Explicativas PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações, 2014.)

Em relação ao ativo intangível da PDG Realty S.A., a mesma apresentou perdas por *impairment* em todos os períodos estudados nesta pesquisa. De acordo com a empresa os valores atribuídos às principais premissas representam a avaliação de tendências futuras da administração em setores relevantes e levou-se em conta dados



históricos de fontes internas e externas. De acordo com as notas explicativas, a empresa realiza o teste de *Impairment* sobre os ativos intangíveis da seguinte maneira:

O teste de *impairment* foi elaborado sobre premissas utilizadas para projeção e acompanhamento de fluxo de caixa projetado da empresa adicionado a um modelo de perpetuidades e foi dividido em três grandes itens: (i) receitas provenientes de vendas de imóveis; (ii) custos com incorporação e construção de imóveis e despesas administrativas e com vendas; e (iii) endividamento líquido (dívida total menos caixa e disponibilidades). (Notas Explicativas PDG Realty S.A. Empreendimentos e Participações, 2014.)

Conforme previsto no CPC 01 (R1), o Grupo apresenta as premissas chave, bem como cada premissa-chave, as taxas utilizadas, o período de projeção e os valores evidenciados como *impairment*. Alguns pontos chamam a atenção, como a não especificação das entidades (UGCs) que provocaram a estimativa no ano de 2013, e a não descrição de cada caso, a empresa apenas apresenta e explica o modo como procede o teste de *impairment*, mas não deixa claro os fatos que ocasionaram cada valor apresentado nos anos de 2012, 2013 e 2014.

#### 4.1.2 Cyrela Brazil Realty S.A.

A Cyrela é uma empresa do ramo de Construção Civil que opera em mais de 67 cidades brasileiras desde o ano de 1962, já tendo recebido diversos prêmios relacionados ao setor.

No que diz respeito a avaliação do valor recuperável dos ativos, a empresa apenas menciona que realiza o procedimento para os ativos com vida útil definida quando há algum indicio de perda, mas não explica o método utilizado, bem como se usa o valor em uso ou valor justo líquido das despesas de venda como valor recuperável para confrontar com o valor contábil. Conforme nota explicativa:

A Companhia avalia eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável dos ativos com vida útil definida. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. As principais contas sujeitas à avaliação de recuperabilidade são: Imóveis a comercializar, Investimentos, Imobilizado, Intangível e Títulos e valores mobiliários.

Para os ativos com vida útil indefinida, a Cyrela avalia, no mínimo anualmente, independentemente da existência de quaisquer indícios. Caso o valor recuperável seja menor que o valor contabilizado, é constituída estimativa, ajustando-se assim o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A empresa não apresentou estimativa para perdas nos anos de 2012, 2013 e 2014.

#### **4.1.3 MRV Engenharia e Participações S.A.**

Segundo a MRV a companhia é considerada a maior construtora do país segundo o ranking ITC. Está presente desde 1979 no mercado imobiliário, e oferece casas e apartamentos em mais de 140 cidades do Brasil. Sua experiência permite o planejamento do processo construtivo e a antecipação de tendências.

Conforme notas explicativas, a empresa não identificou nos anos de 2012, 2013 e 2014 indícios de que os ativos imobilizados e intangíveis tenham sofrido desvalorização. Portanto não houve registros de perda por redução ao valor recuperável.

Em 2012, a empresa lista os pronunciamentos contábeis emitidos recentemente, mas que ainda não foram adotados, deixando claro que a administração ainda não quantificou os eventuais efeitos sobre os grupos das demonstrações financeiras.

A MRV, procedeu o teste de *impairment* da seguinte maneira no ano de 2014:

A Companhia avalia, ao menos anualmente, se há alguma indicação de redução ao valor recuperável de (i) ativo imobilizado e (ii) ativo intangível - software. Em 2014 e 2013, não foram identificados indícios de que tais ativos possam ter sofrido desvalorização. Adicionalmente, a Companhia testa, ao menos anualmente, o ágio na aquisição de investimento para *impairment*. Em 2014 e 2013, não foi necessário registrar perdas de *impairment*, uma vez que nossos testes não indicaram perda. (Nota Explicativa MRV Engenharia e Participações S.A., 2014)

Vale ressaltar que a empresa não deixa evidente os critérios utilizados para avaliação de indicadores de redução ao valor recuperável, bem como não explica a metodologia empregada no teste do ágio na aquisição de investimento. Portanto a MRV apenas menciona o *impairment*, mas não o explica detalhadamente.

#### 4.1.4 Gafisa S.A.

A companhia não apresentou indicadores de *impairment* sobre o imobilizado nos anos de 2012 a 2014. São realizadas análises periódicas sobre a deterioração destes ativos. A empresa não indica como é feito o cálculo do valor recuperável em relação aos ativos do imobilizado, e não deixa claro quais são os indicadores de *impairment* considerados.

Em relação ao intangível, a companhia realiza o teste por redução ao valor recuperável de ágio é realizado anualmente ou quando as circunstâncias indicarem *impairment* por desvalorização do valor contábil. O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia, nos anos de 2012, 2013 e 2014 resultaram na necessidade de reconhecimento de estimativa para perda na realização referente ao ágio na aquisição feita em 2007 de 70% da empresa alagoana Cipesa. Os ágios registrados nestes anos referem-se às aquisições antes da data de transição para o CPC/IFRS em 01 de janeiro de 2009 e a Gafisa optou por não retroagir as aquisições de investimentos antes da data de transição, para ajustar os respectivos ágios.

Conforme nota explicativa referente ao Intangível:

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ágios utilizando o “  
descontados de unidades geradoras de caixa. O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxa de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimento e capital de giro futuros e taxa de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa e dos fluxos de caixa futuro são baseadas no plano de negócios da Companhia, aprovado pela Administração, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da Administração, das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes unidades geradoras de caixa, conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital. ( Nota Explicativa Gafisa S.A., 2014.)

No que diz respeito a estimativa para perda na realização referente a ágio a empresa está em conformidade com as exigências previstas no CPC 01 (R1).

Com atuação no setor de incorporação e construção civil de empreendimentos residenciais e comerciais, a Gafisa é uma empresa brasileira, suas operações se concentram nas regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro.

#### 4.1.5 Rossi Residencial S.A.

A Rossi Residencial S.A. tem 35 anos de existência, atua nacionalmente e ao longo de sua história já entregou mais de 97 mil unidades.

Após análise das Notas Explicativas e demonstrações da empresa pode-se inferir que nos anos de 2013 e 2014 a empresa não menciona a palavra *impairment*, apenas no ano de 2012 há uma ocorrência. A empresa prefere apresentar o procedimento como redução ao valor recuperável dos ativos.

*“impairment*  
considerando o valor recuperável ou na ocasião do término de seu uso. Esses testes são realizados, trimestralmente, para os ativos classificados como estandes de vendas e, anualmente, para os demais ativos da Companhia. (Nota Explicativa Rossi Residencial S.A., 2012.)

Em 2012 a empresa explicou o processo de redução ao valor recuperável dos ativos, o cálculo do valor presente, que é baseado em fluxos de caixa futuros e em taxas de desconto adequadas, no entanto não são especificadas estas taxas. Em 2013, manteve-se o mesmo texto. Já em 2014, a Rossi refere-se ao teste para avaliar se houve perda por redução ao valor recuperável apenas no que diz respeito ao Imobilizado.

Nos anos estudados a empresa não identificou indícios de perda por *impairment*.

#### 4.1.6 JHSF Participações S.A.

A JHSF Participações S.A é uma holding fundada em 1972 que investe e administra *shopping centers*, operações de hotéis e restaurantes de luxo e desenvolve incorporações residenciais, sendo este seu primeiro business desenvolvido.

Nos anos de 2012, 2013 e 2014 a empresa não apresentou estimativa para perdas por *impairment* no que diz respeito ao intangível e ao imobilizado. Em relação ao intangível a empresa até 2008 amortizou pelo método linear os ágios nas aquisições de investimentos, após esta data não foram mais amortizados, porém estavam sujeitos a teste de avaliação do valor recuperável. Em 2012 a empresa destacou:

Os ágios foram testados a *impairment* não tendo sido constatada a necessidade da realização de ajuste para desvalorização de ativo em 31 de dezembro de 2012. A apuração do valor recuperável foi efetuada segundo a metodologia do Fluxo de Caixa Descontado (DCF) conforme descrito na Nota 13, adotando-se a taxa de desconto de 8% ao ano e taxa de crescimento de 2% ao ano para a perpetuidade dos hotéis. (Nota Explicativa JHSF Participações SA, 2012).

As premissas utilizadas para o cálculo do valor recuperável dos ativos foram baseados nos fluxos de caixa esperados, em estudos de realização econômica ou no valor de mercado, descontado a valor presente.

Destaca-se também o fato de a companhia destacar em suas notas explicativas uma seção referente aos novos IFRS e interpretações do IFRIC:

O IFRS 9 (2009) introduz novos requerimentos para classificação e mensuração de ativos financeiros. Sob o IFRS 9 (2009), ativos financeiros são classificados e mensurados baseado no modelo de negócio no qual eles são mantidos e as características de seus fluxos de caixa contratuais. O IFRS 9 (2010) introduz modificações adicionais em relação a passivos financeiros. O IASB atualmente tem um projeto ativo para realizar alterações limitadas aos requerimentos de classificação e mensuração do IFRS 9 e adicionar novos requerimentos para endereçar a perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros e contabilidade de hedge. (Notas Explicativas JHSF Participações SA, 2014.)

A JHSF ressalta em suas notas explicativas o processo de avaliação do valor justo.

#### **4.1.7 Helbor Empreendimentos S.A.**

Em relação a redução ao valor recuperável a empresa descreve de maneira bastante semelhante nos anos de 2012, 2013 e 2014, como segue:

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment* são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório. (Notas Explicativas Helbor Empreendimentos S.A., 2014.)

Nota-se que a empresa explica que o valor recuperável é o mais alto entre o

valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. No entanto, há uma subjetividade no que diz respeito aos eventos ou mudanças que possam indicar que o valor contábil não seja recuperável.

A Helbor não apresentou estimativa para perdas por *impairment* nos anos estudados nesta pesquisa para os ativos do intangível e imobilizado.

#### 4.1.8 Even Construtora e Incorporadora S.A.

A Even Construtora e Incorporadora S.A. teve sua origem na fusão, em 2002, da ABC Investimentos com a Terepins&Kalili. Em 2006, o Spinnaker Capital, fundo de investimentos com sede em Londres, Reino Unido, passou a fazer parte da composição acionária. Desde 2007, a empresa apresenta ações negociadas no Novo Mercado, nível máximo de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA. (EVEN, 2016)

A empresa procede em relação ao *impairment* de forma semelhante a Helbor Empreendimentos S.A., apresentada na seção anterior, de forma que a nota explicativa referente ao *Impairment* de ativos não financeiros é similar. A Administração do grupo Even concluiu pela não necessidade de “*impairment* 1 13 14 .

#### 4.1.9 Tecnisa S.A.

A Tecnisa é uma das incorporadoras mais rentáveis do Brasil, com margens líquidas consistentemente entre as maiores do setor. Com 38 anos no mercado imobiliário brasileiro, a Companhia conta com uma plataforma de negócios completa, que a permite atuar em todos os segmentos da atividade de incorporação imobiliária. A Tecnisa atua de forma totalmente integrada, executando todas as etapas do desenvolvimento dos seus empreendimentos: formação do banco de terrenos, incorporação, vendas e construção.

A Administração revisa no mínimo anualmente o valor contábil líquido dos principais ativos, conforme nota explicativa abaixo, semelhante nos anos de 2012, 2013 e 2014:

A Administração revisa, no mínimo anualmente, o valor contábil líquido dos principais ativos, em especial, os imóveis a comercializar, o imobilizado e o intangível, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. (Notas Explicativas Tecnisa SA, 2013.)

Pode-se destacar o fato de que a empresa não especifica qual o critério utilizado para definir quais são os principais ativos, bem como não explica como é feito o teste de *impairment*.

Em 2014 a Tecnisa S.A. apresenta em suas notas explicativas as normas e interpretações novas e revisadas em 2014, ressaltando em relação a IAS 36:

Divulgação do montante recuperável de uma unidade geradora de caixa para “goodwill” (Notas Explicativas Tecnisa SA, 2014.).

A companhia deixa claro que sua Administração avaliou as novas normas e interpretações e concluiu que não houve impacto decorrente da adoção.

Para os anos apresentados nesta pesquisa a Tecnisa concluiu pela não necessidade de registro de *impairment*. As mudanças na norma destacadas em 2014 não acarretaram impacto.

#### **4.1.10 Direcional Engenharia S.A.**

A Direcional apresentou em 2012 uma nota explicativa referente ao teste de *impairment* para todo os ativos, já em 2013 e 2014 a empresa apresentou e explicou o *impairment* separado por ativos financeiros e ativos não financeiros. Portanto, pode-se verificar uma melhor adequação ao previsto no CPC 01 (R1).

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)).

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustado por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. (Notas Explicativas Direcional Engenharia S.A., 2014.)

A empresa não deixa claro em suas notas explicativas quais ativos estão sujeitos à amortização. Destaca-se o fato de a empresa agrupar os ativos nos níveis mais baixos para os quais existam o fluxo de caixa, bem como o fato de serem feitas revisões para possíveis reversões do *impairment*.

Nos anos de 2012, 2013 e 2014 não houve estimativa para perdas por redução ao valor recuperável dos ativos imobilizados e intangíveis.

#### 4.1.11 EZTEC Empreendimentos e Participações S/A

A Eztec foi fundada no ano de 1979, atualmente a empresa está listada no Novo Mercado da BM&FBovespa. A empresa segue um modelo de negócio integrado, atuando nas etapas de incorporação, venda e construção, além de fornecer financiamentos.

Nos anos de 2012, 2013 e 2014 a Eztec não identificou indicadores de perda de valores dos ativos. Vale ressaltar que apenas no ano de 2014, a companhia deixa clara em suas notas explicativas a inexistências destes indicadores.

A empresa procede da seguinte maneira em relação ao *impairment*:

“*impairment* : ”

(Notas Explicativas Eztec Empreendimentos e Participações S/A, 2014.)

Em suas notas explicativas a Eztec especifica os principais grupos de contas sujeitas à Avaliação de Recuperabilidade. Destaca-se o procedimento empregado em casos de reversão subsequente da perda por redução ao valor recuperável, no qual a empresa aumenta o valor contábil do ativo para a estimativa revisada do valor



recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado antes da perda.

#### **4.1.12 Rodobens Negócios Imobiliários S.A.**

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável de ativos não financeiros em 31 de dezembro dos três anos estudados nesta pesquisa.

No ano de 2012 a Rodobens descreve o processo de redução do teste de *impairment* de forma mais detalhada, especificando que o montante recuperável é o maior valor entre o valor justo mais os custos de venda e o valor em uso. A avaliação do valor em uso é feita a partir da análise dos fluxos de caixa futuros descontados a valor presente pela taxa que reflita uma avaliação atual de mercado. Em caso de reversão da perda por redução ao valor recuperável, ocorre o aumento do valor contábil, desde que não exceda o valor recuperável que teria sido determinado caso nenhuma perda tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

Já em 2013 e 2014, a empresa apresenta apenas o seguinte:

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. (Notas Explicativas Rodobens Negócios Imobiliários S.A., 2014.)

Conforme notas explicativas dos anos estudados, a Rodobens mensura seus ativos do imobilizado pelo custo histórico, deduzidos de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável.

#### 4.1.13 Viver Incorporadora e Construtora S.A.

A Viver é uma incorporadora e construtora com atuação em todas as etapas da incorporação imobiliária e com duas décadas de experiência em empreendimentos. Por sua atuação nas atividades de incorporação e construção já recebeu prêmios. (VIVER, 2013)

Nos anos de 2012 a 2014 a empresa destacou em suas notas explicativas o texto do CPC 01 (R1):

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório. (Notas Explicativas Viver Incorporadora e Construtora S.A., 2014.)

Nos anos estudados a empresa não apresentou perda por *impairment* nos grupos intangível e imobilizado.

Segundo a Viver, os gastos incorridos com a construção de estandes de vendas e apartamentos decorados estão sujeitos a análises periódicas sobre a deterioração de ativos (*impairment*), sendo capitalizados apenas aqueles cuja vida útil estimada na data da construção tenha sido superior a um ano. (VIVER, 2012).

A empresa não deixa claro qual o valor adotado para o valor recuperável, bem como não informa o motivo de não capitalizar os gastos com estandes de vendas e apartamentos modelo com vida útil inferior a um ano. O CPC 01 (R1) não define uma vida útil mínima para realização do teste de recuperabilidade e reconhecimento de perda. No caso do valor recuperável, não indica a base utilizada para determinação do valor líquido de venda, e a taxa utilizada na estimativa do valor em uso.

#### **4.1.14 Trisul S.A.**

A empresa Trisul S.A. não menciona em suas notas explicativas referentes as demonstrações financeiras dos anos de 2012, 2013 e 2014 a palavra *impairment*. Trata-se da redução ao valor recuperável dos ativos, em que é revisado anualmente o valor contábil líquido dos seus principais ativos com o objetivo de avaliar eventos que indiquem deterioração ou perda do valor recuperável. Quando são identificadas essas evidências é constituída estimativa para perdas. Não explica-se como é feita a redução, bem como não especifica o valor recuperável, ou seja, qual valor é adotado como valor recuperável de determinado ativo.

Em relação as premissas utilizadas:

As premissas normalmente utilizadas para o cálculo do valor recuperável dos ativos são baseadas nos fluxos de caixa esperados, em estudos de viabilidade econômica dos empreendimentos imobiliários que demonstrem a recuperabilidade dos ativos ou o seu valor de mercado, todos descontados a valor presente. (Notas Explicativas Trisul S/A, 2013.)

A Trisul apresenta em suas notas explicativas as normas atualizadas aplicáveis as demonstrações contábeis. Ressalta-se o destaque ao IAS 36, que em maio de 2013 passou a requerer a divulgação das taxas de desconto utilizadas na avaliação atual e anterior do valor recuperável dos ativos.

Não foram registradas perdas decorrentes de redução de valor recuperável dos ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

#### **4.1.15 CR2 Empreendimentos Imobiliários S/A**

A Companhia foi constituída em 10 de janeiro de 2006. Anteriormente à constituição, os administradores já atuavam há mais de 10 anos no mercado imobiliário brasileiro, o que lhes conferiu vasta experiência no setor. A CR2 é uma incorporadora imobiliária que atua no Grande Rio e Grande São Paulo. (CR2, 2013)

Em relação ao *Impairment* a empresa apresenta em suas notas explicativas dos três anos analisados o seguinte:

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. (Notas Explicativas CR2 Empreendimentos Imobiliários S/A, 2013.)

A partir da análise de suas notas explicativas, pode-se inferir que nos anos de 2012, 2013 e 2014 a empresa apenas menciona o teste de *impairment*, não o explica e não deixa claro como obtém o valor recuperável de seus ativos. Nestes exercícios, não houveram provisões para perdas no que refere-se aos ativos do intangível e imobilizado.

## 4.2 APRESENTAÇÃO DOS DADOS EM CONJUNTO

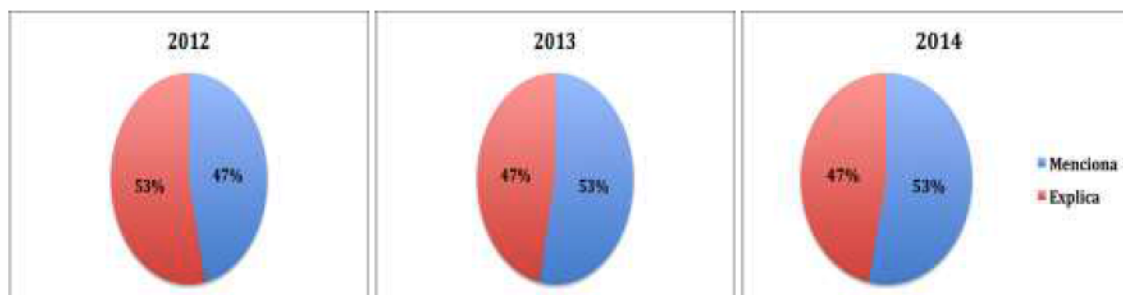
Nesta seção foram feitas análises conjunta dos dados, por meio de porcentagem das empresas que apresentaram, ou não, perda por *impairment* e o nível de evidenciação de acordo com o CPC 01 (R1).

De todas as empresas analisadas nos anos de 2012 a 2014, cabe ressaltar que as empresas Rossi e Trisul não citam em suas notas explicativas, bem como em suas demonstrações a palavra *Impairment*. A Trisul S/A apresenta o segundo menor Ativo Total dentre todas as empresas deste estudo.

As empresas PDG e Gafisa apresentaram nos anos estudados a necessidade de reconhecimento de estimativa para perda na realização referente ao ativo intangível. Ambas as empresas estão em conformidade com as exigências previstas no CPC01 (R1), Quadro 2. A PDG Realty S.A. apresenta o maior Ativo Total nos anos de 2012, 2013 e 2014. Já a Gafisa S.A., esta em quarta no ranking apresentado na Quadro 3.

Identificou-se as empresas que mencionaram ou deram explicações, fica implícito que se as empresas explicam, consequentemente, elas mencionam, sobre a aplicação da técnica do *impairment* test, tanto de seu ativo imobilizado quanto do intangível, como pode ser observado nos Gráficos 1 e 2, respectivamente.

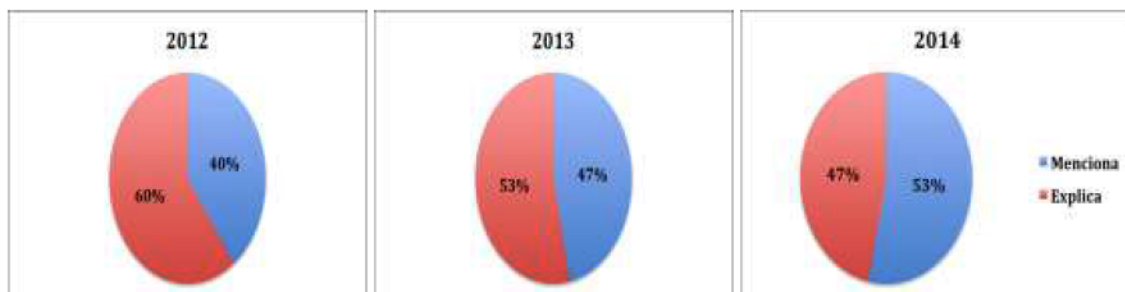
**Gráfico 1: Percentual de empresas que mencionaram ou explicaram a técnica do *impairment test*, referente ao ativo imobilizado.**



Fonte: Elaborado pelo autor, 2016.

Em relação ao ativo imobilizado, observa-se que aproximadamente 47% das empresas deste estudo mencionaram o *impairment test* no ano de 2012, sem informar se houve reconhecimento ou reversão da perda, e esse índice aumentou nos anos de 2013 e 2014 para 53%. O percentual de empresas que mencionaram e explicaram a técnica do *impairment test* referente ao ativo imobilizado foi maior em 2012, sendo 53%.

**Gráfico 2: Percentual de empresas que mencionaram ou explicaram a técnica do *impairment test*, referente ao ativo intangível.**



Fonte: Elaborado pelo autor, 2016.

Quanto ao ativo intangível, 40% das empresas apenas mencionaram a realização do teste de *impairment* no ano de 2012. Em 2013, 53% citaram e explicaram. Já em 2014, a maioria apenas menciona a técnica.

Apenas as empresas JHSF, Helbor, Even, Direcional e Viver, sendo 33% do total, mencionaram e explicaram o teste de recuperabilidade em relação aos ativos do Imobilizado e Intangível nos três anos.

Nos Quadros 3 e 4, estudou-se o comportamento das empresas com maior e menor Ativo Total no ano de 2014.

**Quadro 3: Comportamento das quatro empresas com maior Total do Ativo no ano de 2014 em relação ao teste de *impairment*.**

Posição	Empresa	Total do Ativo 2014	Menciona ou Explica
1	PDG	R\$15.924.225,00	Menciona para o imobilizado e explica no que refere-se ao intangível
2	CYRELA	R\$13.420.612,00	Apenas menciona
3	MRV	R\$10.817.175,00	Apenas Menciona
4	GAFISA	R\$7.205.852,00	Menciona para o imobilizado e explica no que se refere ao intangível

Fonte: Elaborado pelo autor, 2016.

As companhias de maior Ativo Total no ano de 2014 não explicam na totalidade a aplicação técnica do teste de *impairment* para os ativos do imobilizado e intangível, conforme exposto na Quadro 3.

**Quadro 4: Como as empresas de menor Total do Ativo no ano de 2014 trataram o *impairment*.**

Posição	Empresa	Total do Ativo 2014	Menciona ou Explica
12	RODOBENS	R\$1.975.190,00	Menciona em 2013 e 2014, e explica em 2012
13	VIVER	R\$1.531.576,00	Explica
14	TRISUL	R\$1.102.593,00	Apenas menciona
15	CR2	R\$422.054,00	Apenas menciona

Fonte: Elaborado pelo autor, 2016.

Já dentre as últimas companhias do ranking de amostras, Quadro 4, a companhia Viver S.A. explica o procedimento empregado no teste de recuperabilidade dos ativos imobilizados e intangíveis no ano de 2014. Já as duas companhias de menor total do ativo em 2014, Trisul e CR2, apenas mencionam o *impairment test* em suas DFPs e Notas Explicativas.

#### 4.3 ANÁLISES DOS RESULTADOS

Diante dos trabalhos similares apresentados na seção 2.5 desta pesquisa, verificou-se que esta pesquisa segue a linha de tendência expressa, em que, segundo Marinho e Queiroz (2013), apesar de muitas empresas realizarem o teste de *impairment*

poucas divulgam com clareza e objetividade a metodologia utilizada e outras empresas apenas relatam fazer o teste.

Há um avanço no que diz respeito ao nível de Governança Corporativa das empresas estudadas, bem como os anos compreendidos na análise e a atenção despendida às empresas de maior e menor Ativo Total da amostra. Ressalta-se também o fato de esta pesquisa tratar apenas dos grupos Imobilizado e Intangível do Ativo, assim como pesquisa desenvolvida por Bianchi *et al.* (2015).

Outro avanço constatado refere-se a atualização das exigências de divulgação da perda que foi atualizado de acordo com o CPC 01 (R1). Já o trabalho de Souza, Borba e Zandonai (2011) utiliza as exigências previstas no CPC 01 de 2007.

Segundo Ritta, Ensslin e Ronchi (2010), as norma brasileiras caminham para uma harmonização efetiva com as normas internacionais de Contabilidade, tal constatação confirma-se neste estudo. No entanto, há necessidade por melhorias que contribuam para que as empresas atendam de forma plena os requisitos dispostos no CPC 01, da mesma forma que Ono, Rodrigues e Niyama (2010) concluem em seu trabalho.

Os resultados corroboram com o estudo de Bianchi *et al.* (2015), que conclui em seu estudo que a maior parte das empresas pertencentes ao IBrX-100, referente aos 100 ativos de maior negociabilidade e representatividade do mercado de ações brasileiro, não divulgam corretamente o teste de *impairment*. Neste estudo, observa-se resultado semelhante para a amostra utilizada, empresa pertencentes ao segmento Novo Mercado da BM&FBovespa.

O resultado também é verificado em parte nos estudos de Silva, Costa e Santos (2009) que concluem sobre a necessidade de as empresas pesquisadas melhorarem seus níveis de evidenciação de suas informações para atenderem às regras normativas e, consequentemente, às exigências dos usuários da informação.

Comparando com o estudo de Ono, Rodrigues e Niyama (2010), é constatado o baixo índice de evidenciação das empresas desde 2008. Além disso, há uma inadequação às normas referentes à evidenciação da perda por *impairment*.

## 5 CONCLUSÕES E SUGESTÕES

O presente trabalho tomou como tema a qualidade da informação contábil na convergência atual das demonstrações contábeis brasileiras para as exigências previstas no CPC 01 (R1). Este capítulo apresenta as conclusões quanto ao problema de pesquisa e quanto aos objetivos propostos, bem como destaca as limitações encontradas. Por fim, são feitas recomendações para futuras pesquisas.

### 5.1 QUANTO AO PROBLEMA DE PESQUISA

Segundo Bianchi *et al.* (2015), as tratativas relacionadas a evidenciação do teste de *impairment*, bem como as das perdas geradas, não são atuais. Apesar de no decorrer da história da contabilidade brasileira haver interpretações e nomenclaturas diferentes, esse tema e a sua evidenciação não são novidades para as empresas brasileiras. A Lei nº 6.404/76 já tratava deste assunto, que posteriormente também foi tratada pela Lei nº 11.638/07 e atualmente é tratado pelo CPC 01 (R1) divulgado em 07/10/2010.

Com isso chama atenção o fato de empresas do segmento Novo Mercado, que intrinsecamente carregam uma maior responsabilidade na elaboração e transparências de seus relatórios, conforme exposto no referencial teórico deste trabalho, não se adequarem por completo às exigências propostas pela normatização do CPC 01 (R1). A expectativa era de comprometimento na divulgação das exigências do CPC 01 (R1), esta expectativa não concretizou-se para grande parte das empresas estudadas.

Quase metade das empresas deste estudo apenas mencionam como é feito, quando constatarem evidências de perda do valor recuperável, o teste de *impairment* para os ativos imobilizado e intangível. Muitas não explicam como é feito o teste, o que é o valor recuperável e quais os indicadores de perda de recuperabilidade são considerados.

Dentre as quinze companhias estudadas, apenas duas reconheceram perdas, a PDG e a Gafisa evidenciaram esta perda. A PDG e a Gafisa atenderam as premissas do CPC 01 (R1), uma vez que demonstraram como foi feito o teste, bem como as premissas utilizadas, o valor recuperável e a classe de ativos a que se referia. A companhia PDG apenas não deixa claro os



fatos que ocasionaram a perda.

Conclui-se portanto, que o tema *impairment*, ainda carece de melhor tratamento pelas empresas brasileiras de Construção Civil do segmento Novo Mercado da BM&FBovespa, uma vez que sua evidenciação conforme previsto no CPC 01 (R1), possibilita a construção de informações mais completas aos usuários internos e externos, além de garantir maior transparência em relação as práticas adotadas. Cabe frisar, que o capital de empresas do Novo Mercado deve ser composto exclusivamente por ações ordinárias com direito a voto, e portanto faz-se essencial as informações divulgadas pela empresa a seus investidores.

Muitas especificidades do CPC 01 (R1) ainda não foram compreendidas em sua totalidade, portanto este tema precisa ser amplamente estudado, visando-se assim compreender seus reflexos.

## 5.2 QUANTO AOS OBJETIVOS DE PESQUISA

O objetivo geral deste estudo foi atendido, uma vez que a evidenciação do Teste de *Impairment*, nos subgrupos intangível e imobilizado, em empresas do Novo Mercado, foi analisada na seção 3 deste trabalho. Primeiro analisou-se as notas explicativas e demonstrações financeiras padronizadas de cada empresa individualmente e posteriormente em conjunto.

Em relação aos objetivos específicos, identificou-se neste se as empresas da amostra apenas mencionam ou explicam o Teste de Recuperabilidade, primeiro os resultados foram analisados individualmente, em um segundo momento foram analisados em consulto, mostrando que em 2012, 53% das empresas estudadas explicaram o teste de *impairment* no que diz respeito ao Ativo Imobilizado, já para o Ativo Intangível 40% apenas mencionaram o teste no ano de 2012. Este objetivo foi respondido diretamente pelos Gráficos 1 e 2 deste estudo.

Identificar a adequação ao CPC 01 (R1) por parte das empresas estudadas no que tange o Teste de Recuperabilidade também foi um dos pontos abordados neste estudo, estudou-se uma a uma as empresas. As exigências de divulgação da perda conforme CPC 01 (R1) foram destacadas no Quadro 1 deste trabalho. Na seção 4.2, destacaram-se quantas das

empresas estudadas estavam adequadas.

Outro objetivo específico proposta por este trabalho foi o de verificar a qualidade da evidenciação das perdas, quando houver, frente as exigências expostas pelo CPC 01 (R1), este ponto foi atendido uma vez que para as empresas que apresentaram perda verificou-se a qualidade da evidenciação a partir das exigências destacadas no Quadro 1. Das duas empresas que apresentaram perda por *impairment* no período de 2012 a 2014, a Gafisa estava em conformidade com o CPC 01 (R1), já a PDG apenas não identificou os fatores que provocaram a perda, conforme destacou-se na Seção 4.2 de apresentação dos dados em conjunto. As duas empresas, PDG Realty S.A. e Gafisa S.A. foram estudadas individualmente, respectivamente, nas Seções 4.1.1 e 4.1.4 deste trabalho.

Já o comportamento do nível de evidenciação em função do total do ativo das empresas da amostra e da sua adesão ao segmento de governança Novo Mercado, pode ser observado neste trabalho nos Quadros 3, que apresenta o comportamento das quatro empresas com maior Total do Ativo no ano de 2014 em relação ao teste de *impairment*, e Quadro 4, que apresenta como as empresas de menor Total do Ativo no ano de 2014 trataram o *impairment*. Já a relação com a adesão ao Novo Mercado, pode ser compreendida com a análise junto ao resultados de trabalhos anteriores, que utilizaram outras amostras para estudo, seção 4.3.

Por fim, cabe ressaltar que os objetivos geral e os específicos propostos por este trabalho foram atendidos, embasando assim os resultados deste estudo.

### 5.3 LIMITAÇÕES

Quanto as limitações deste estudo destaca-se o grupo de empresas analisado, empresas do setor de Construção Civil pertencentes ao segmento de governança Novo Mercado da BM&FBovespa, uma vez que este grupo é composto apenas por quinze empresas, e ao fato de este segmento da BM&FBovespa ter sido lançado em 2000, sendo a primeira listagem de 2002, ou seja, é um segmento de governança novo com algumas regras específicas relacionadas à estrutura de governança e direitos dos acionistas.

Outro item que limita o estudo refere-se a composição do ativo imobilizado das empresas de construção civil estudadas, que predominantemente é composto por ativos de

vida útil inferior a um ano e meio. As empresas geralmente não evidenciam perdas por *impairment* para este tipo de ativos.

#### 5.4 SUGESTÕES PARA FUTURAS PESQUISAS

Com base nesta pesquisa, fica como proposta para futuros trabalhos avaliar avanços na qualidade da evidenciação das informações de *impairment* em anos posteriores, ampliar o estudo para outros segmentos de Governança Corporativa e buscar relação entre o segmento de Governança adotado por uma empresa e a qualidade da evidenciação da mesma no que diz respeito ao *impairment*, e sua perda caso houver. A verificação de setores além da construção civil também mostra-se válida para continuidade desta linha de pesquisa.

## REFERÊNCIAS

ALVARES, Elismar; GIACOMETTI, Celso; GUSSO, Eduardo. **Governança corporativa: um modelo brasileiro**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

BIANCHI, Claudia; MONTI, Mariana; REINA, Donizete; REINA, Diane; HEHR, Deyvid. Evidenciação do *impairment test*: análise das empresas pertencentes ao índice IBrX-100. **RMC - Revista Mineira de Contabilidade**, ISSN 1806-5988, Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, art 3, p.27-38, jan./abril 2015

BM&FBOVESPA - BOLSA DE VALORES DE SÃO PAULO. **Índice Brasil 100 (IBrX100)**. Disponível em: <  
[http://www.bmfbovespa.com.br/pt\\_br/produtos/indices/indices-amplos/indice-brasil-100-ibrx-100-1.htm](http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/indices/indices-amplos/indice-brasil-100-ibrx-100-1.htm)>. Acesso em: 12 mar. 2016.

BM&FBOVESPA - BOLSA DE VALORES MERCADORIAS E FUTUROS DE SÃO PAULO. Novo Mercado. Disponível em: <  
[http://www.bmfbovespa.com.br/pt\\_br/listagem/acoes/segmentos-de-listagem/novo-mercado/](http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/listagem/acoes/segmentos-de-listagem/novo-mercado/)>. Acesso em: 12 de abr. 2016.

BRASIL. **Lei no 11.638, de 28 de dezembro de 2007**. Altera e Revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei n o 6.384, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm)>. Acesso em: 15 abr. 2016.

BRASIL. **Lei nº 6.404**, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as sociedades por ações. 7ª Ed. Atual. São Paulo: Saraiva, 2002.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS - CPC. **CPC 01 (R1)**: Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Brasília, out. 2010. Disponível em:<  
[http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/27\\_CPC\\_01\\_R1\\_rev%2008.pdf](http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/27_CPC_01_R1_rev%2008.pdf)>. Acesso em: 14 abr. 2016.

CR2. **Histórico**, set. 2013. Disponível em: <  
[http://ri.cr2.com.br/cr22013/web/conteudo\\_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=47999](http://ri.cr2.com.br/cr22013/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=47999)>. Acesso em: 14 abr. 2016.

EVEN. **Histórico e Perfil Corporativo**, abr. 2016. Disponível em: <  
[http://ri.even.com.br/conteudo\\_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=57191](http://ri.even.com.br/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=57191)>. Acesso em: 14 abr. 2016.

EZTEC. **Modelo de Negócio e Estratégia**, abr. 2013. Disponível em: <  
[http://ri.eztec.com.br/eztec2009/web/conteudo\\_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=26844](http://ri.eztec.com.br/eztec2009/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=26844)>. Acesso em: 16 abr. 2016.

HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BRED, Michel F. **Teoria da Contabilidade**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HITT, IRELAND e HOSKISSON. **Administração Estratégica**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

IBGC. Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. **Código das melhores práticas de governança corporativa**. Disponível em: <[http:// www.ibgc.org.br](http://www.ibgc.org.br)>. Acesso em: 17 abril de 2016.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**: (aplicável às demais sociedades): rumo às normas internacionais: 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

IUDÍCIBUS, S. *et al.* **Manual de contabilidade societária**. São Paulo: Atlas, 2008.

MARINHO, Sara Lima; QUEIROZ, Lisia de Melo/ XX Congresso Brasileiro de Custos – Uberlândia, MG, Brasil, 18 a 20 de novembro de 2013.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Manual para elaboração de monografias e dissertações**. São Paulo: Atlas, 2000.

MICHAELIS: **moderno dicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998.

NAKAGAWA, Massayuki et al. **Importância da divulgação das informações contábeis mensuradas ao Fair Value**: uma abordagem da contabilidade sob o prisma dos fundamentos da semiótica. Anais do XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade. (CD-ROM). Conselho Federal de Contabilidade. Goiânia, 2000.

ONO, Heverton Masaru; NIYAMA, Jorge Katsumi; RODRIGUES, Jomar Miranda. Disclosure sobre *impairment*: uma análise comparativa das companhias abertas brasileiras em 2008. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 67-87, jan. /abr. 2010.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

QUEIROZ, Marta Aparecida Martins. **A divulgação da Perda por Impairment nas Empresas Brasileiras de Capital Aberto**. São Paulo: 2011. Disponível em [http://200.169.97.106/biblioteca/tede//tde\\_arquivos/1/TDE-2011-07-28T181720Z-317/Publico/Marta\\_Aparecida\\_Martins\\_Queiroz.pdf](http://200.169.97.106/biblioteca/tede//tde_arquivos/1/TDE-2011-07-28T181720Z-317/Publico/Marta_Aparecida_Martins_Queiroz.pdf). Acesso 20 de maio de 2016.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. **Proposta de mensuração de ativos imobilizados por meio do fair value e do impairment test**. In: 6o CON- GRESSO DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 2006, São Paulo. *Anais*. São Paulo: USP. CD-ROM.

RITTA, Cleyton de Oliveira; ENSSLIN, Sandra Rolim; RONCHI, Suelen Haidar Ronchi; ENSSLIN, Sandra Rolim. A evidenciação dos ativos intangíveis nas

empresas brasileiras: empresas que apresentaram informações financeiras à Bolsa de Valores de São Paulo e Nova York em 2006 e 2007. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 9, n. 1, p. 62-75, 2010.

SANTOS, José Luiz dos ; MACHADO, Nilson Perinazzo ; SCHMIDT, Paulo. **Teste de Impairment para ativos de longa duração**: tratamento contábil de acordo com o SFAS n 144. Contexto Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas Em Contabilidade, Porto Alegre, v. 3, n. 5, p. 99-121, 2003.

SILVA, Edna Lúcia, MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000, 118p.

SILVA, Paula Danyelle Almeida da; MARQUES, José Augusto Veiga Da Costa; SANTOS, Odilanei Morais dos/ Base . 2009, Vol. 6 Issue 3, p258-274. 17p. 2 Diagrams, 6 Charts.

SOUZA, Maíra Melo de; BORBA, José Alonso; ZANDONAI, Fabiana / **Revista Contabilidade Vista & Revista**, ISSN 0103-734X, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 22, n. 2, p. 67-91, abr./jun. 2011.

STICKNEY, Clyde P.; WEIL, Roman L. **Contabilidade Financeira**: uma introdução aos conceitos, métodos e usos. 9a ed. São Paulo: Atlas, 2001.

TAVARES, Márcia Ferreira Neves.; FILHO, José Francisco Ribeiro; LOPES, Jorge Expedito de Gusmão; VASCONCELOS, Marco Tullio Castro; PEDERNEIRAS, Marcleide Maria Macêdo. **Um estudo sobre o nível de conformidade dos setores classificados pela Bovespa com o CPC 01** – Redução ao valor recuperável de ativos. Sociedade Contabilidade e Gestão, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, jan./jun. 2010.

ULIANO, André Luis Poli; DONÁ, Andréa Lucia; GONÇALVES, Marguit Neumann. **Disclosure da perda por impairment aplicado ao ativo imobilizado: análise nas companhias do IBrX-50**: Congresso da Associação Nacional do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis – Anpcont, 7. 2013, Fortaleza. *Anais eletrônicos...* Fortaleza, 2013. Disponível em: <[http://www.furb.br/\\_upl/les/especiais/anpcont%207/3806/cue%20220.pdf?20131217074140](http://www.furb.br/_upl/les/especiais/anpcont%207/3806/cue%20220.pdf?20131217074140)>. Acesso em: 16 mai. 2016.

VIVER. **Histórico e Perfil Corporativo**, ago. de 2013. Disponível em: <[http://ri.viver.com.br/viver/web/conteudo\\_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=38487](http://ri.viver.com.br/viver/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=38487)>. Acesso em: 15 de mai. 2016

## **APÊNDICES**

**Apêndice A - Divulgação PDG Realty S.A.**

**Apêndice B - Divulgação Gafisa S.A.**

## Apêndice A - Divulgação PDG Realty S.A.

DIVULGAÇÃO		PDG		
		D	ND	NA
<b>a) Para cada classe de ativos</b>				
1	Valor da Perda	X		
2	Linha na DRE	X		
3	Montante de Perdas por desvalorização de ativos reavaliados reconhecidos em outros resultados abrangentes durante o período	X		
<b>b) Para ativo individual ou para unidade geradora de caixa</b>				
4	Eventos e circunstâncias que levaram ao reconhecimento da perda		X	
5	Montante da perda reconhecida	X		
6	Especificar se o valor recuperável é seu valor justo líquido de despesa ou seu valor em uso	X		
7	Se o valor usado for o Valor Justo Líquido, a base utilizada para sua determinação	X		
8	Se o valor usado for o Valor em Uso, a taxa de desconto utilizada na estimativa			X
9	Para um ativo individual a natureza do ativo			X
10	Para Unidade Geradora de Caixa, sua descrição	X		
<b>c) Unidade geradoras de caixa contendo ágio (goodwill) ou ativo intangível com vida útil indefinida</b>				
11	O valor contábil do ágio alocado à unidade (grupo de unidades)	X		
12	O valor contábil dos ativos intangíveis com vida útil indefinida alocado à unidade (grupo de unidades)	X		
13	A base sobre a qual o valor recuperável da unidade tenha sido determinado	X		
<b>i) se o valor recuperável da unidade (grupo de unidades) for o valor em uso</b>				
14	Descrição de cada premissa-chave			X
15	Descrição da abordagem da administração para determinar os valores os valores alocados a cada premissa chave			X
16	Período sobre o qual a administração projetou o fluxo de caixa baseada em orçamentos e previsões			X
17	Quando um período superior a cinco anos for utilizado para a UGC, uma explicação por que um período mais longo			X
18	A taxa de crescimento utilizada para extrapolar as projeções de fluxo de caixa, além do período coberto			X
19	Justificativa para taxas de crescimento que exceda a taxa média crescimento de longo prazo			X
20	Taxa de desconto aplicada à projeção de fluxo de caixa			X
<b>ii) Se o valor recuperável da unidade (grupo de unidades) foi baseado no valor justo líquido de despesas de alienação</b>				
21	A metodologia utilizada para se determinar o valor justo líquido de despesas de alienação	X		
<b>iii) Se o valor justo líquido de despesas de alienação não é mensurado utilizando-se o preço cotado para unidade idêntica</b>				
22	Descrição de cada premissa-chave	X		
23	Descrição da abordagem da administração para determinar os valores os valores alocados a cada premissa chave	X		



<b>iv) Se o valor justo líquido das despesas de alienação tiver sido mensurado utilizando projeções de fluxo de caixa descontado</b>				
24	Período da projeção	X		
25	A taxa de crescimento utilizada para extrapolar as projeções de fluxo de caixa	X		
26	A taxa de desconto aplicada às projeções de fluxo de caixa;	X		
<b>d) Divulgação dos valores do goodwill e outros AIVI alocados por múltiplas unidades geradoras de caixa</b>				
27	O valor contábil agregado do ágio ou do AIVI alocado a essas unidades			X
28	Descrição da premissa-chave			X
29	Aborgagem da administração para determinar o valor alocado para premissa-chave			X

## Apêndice B - Gafisa S.A.

DIVULGAÇÃO		GAFISA		
		D	ND	NA
	<b>a) Para cada classe de ativos</b>			
1	Valor da Perda	X		
2	Linha na DRE	X		
3	Montante de Perdas por desvalorização de ativos reavaliados reconhecidos em outros resultados abrangentes durante o período	X		
	<b>b) Para ativo individual ou para unidade geradora de caixa</b>			
4	Eventos e circunstâncias que levaram ao reconhecimento da perda	X		
5	Montante da perda reconhecida	X		
6	Especificar se o valor recuperável é seu valor justo líquido de despesa ou seu valor em uso	X		
7	Se o valor usado for o Valor Justo Líquido, a base utilizada para sua determinação			X
8	Se o valor usado for o Valor em Uso, a taxa de desconto utilizada na estimativa	X		
9	Para um ativo individual a natureza do ativo			X
10	Para Unidade Geradora de Caixa, sua descrição	X		
	<b>c) Unidade geradoras de caixa contendo ágio (goodwill) ou ativo intangível com vida útil indefinida</b>			
11	O valor contábil do ágio alocado à unidade (grupo de unidades)	X		
12	O valor contábil dos ativos intangíveis com vida útil indefinida alocado à unidade (grupo de unidades)	X		
13	A base sobre a qual o valor recuperável da unidade tenha sido determinado	X		
	<b>i) se o valor recuperável da unidade (grupo de unidades) for o valor em uso</b>			
14	Descrição de cada premissa-chave	X		
15	Descrição da abordagem da administração para determinar os valores os valores alocados a cada premissa chave	X		
16	Período sobre o qual a administração projetou o fluxo de caixa baseada em orçamentos e previsões	X		
17	Quando um período superior a cinco anos for utilizado para a UGC, uma explicação por que um período mais longo			X

18	A taxa de crescimento utilizada para extrapolar as projeções de fluxo de caixa, além do período coberto			X
19	Justificativa para taxas de crescimento que exceda a taxa média crescimento de longo prazo	X		
20	Taxa de desconto aplicada à projeção de fluxo de caixa	X		
	<b>ii) Se o valor recuperável da unidade (grupo de unidades) foi baseado no valor justo líquido de despesas de alienação</b>			
21	A metodologia utilizada para se determinar o valor justo líquido de despesas de alienação			X
	<b>iii) Se o valor justo líquido de despesas de alienação não é mensurado utilizando-se o preço cotado para unidade idêntica</b>			
22	Descrição de cada premissa-chave			X
23	Descrição da abordagem da administração para determinar os valores os valores alocados a cada premissa chave			X
	<b>iv) Se o valor justo líquido das despesas de alienação tiver sido mensurado utilizando projeções de fluxo de caixa descontado</b>			
24	Período da projeção			X
25	A taxa de crescimento utilizada para extrapolar as projeções de fluxo de caixa			X
26	A taxa de desconto aplicada às projeções de fluxo de caixa;			X
	<b>d) Divulgação dos valores do goodwill e outros AIVI alocados por múltiplas unidades geradoras de caixa</b>			
27	O valor contábil agregado do ágio ou do AIVI alocado a essas unidades			X
28	Descrição da premissa-chave			X
29	Aborgagem da administração para determinar o valor alocado para premissa-chave			X

**D = Divulga**

**ND = Não Divulga**

**NA = Não Aplica-se**